

DF. Educação

Reajustes escolares confundem os pais

Desde que o Governo Federal editou a Portaria 140, instituindo a liberdade vigiada, o dia de entrega dos carnês para pagamento das mensalidades escolares está se tornando um tormento à maioria dos pais: ninguém mais sabe quanto vai pagar, nem qual o índice do aumento. Segundo o presidente do Conselho de Educação do DF, Júlio Gregório, nos primeiros dias do mês, quando são distribuídos os carnês, o número de reclamações aumenta consideravelmente.

A inconformidade dos pais está levando o Governo a pensar em modificar a portaria. Diversas sugestões chegaram ao Ministério da Fazenda e, conforme informações da Assessoria de Imprensa, todas estão sendo estudadas pela assessoria técnica do ministro. A Associação dos Pais de Alunos das Escolas de Brasília também já encaminhou uma proposta para reajuste das mensalidades ao Ministério da Educação que servirá de base ao documento sobre o assunto a ser enca-

minhado pelo MEC ao Ministério da Fazenda.

Assembléia

Para discutir o problema e buscar formas de solucioná-lo a Associação de Pais realiza hoje, às 20h00, uma assembléia no Colégio Setor Leste, na L2 Sul, para a qual foram distribuídos 10 mil convites. Na reunião deve ser discutida a proposta apresentada pela associação ao MEC e também a viabilidade de encaminhamento de ação judicial para cancelamento da Portaria 140. De acordo com o presidente da Associação, Luiz Cassemiro dos Santos, "a situação está intollerável, pois alguns colégios chegaram a aumentar as mensalidades de agosto em até 100%, enquanto os índices da inflação e de reajuste dos salários não chegaram a isso".

A Sunab e o Conselho de Educação, responsáveis pela fiscalização do cumprimento da portaria, estão enfrentando dificuldades para desenvolver o trabalho, devido à complexidade de informações que são encaminhadas pelas

escolas e até o momento nenhuma escola foi obrigada a rever seus preços, segundo informou o presidente do Conselho.

Projeto

O deputado Mendes Thame (PSDB-SP) apresentou ontem projeto de lei que proíbe, no decorrer do ano letivo, reajustes das mensalidades escolares em percentuais superiores aos aumentos salariais concedidos aos professores e técnicos administrativos das escolas particulares. Ao justificar o projeto, o deputado afirmou que o regime da liberdade vigiada para os reajustes das mensalidades "mais uma vez tem servido para mostrar que há mantenedores de escolas particulares que não estão devidamente habilitados para o pleno exercício da liberdade".

Para o deputado, os reajustes vêm alcançando os alunos "de forma covarde" porque ao longo do período letivo eles ficam impossibilitados de conseguir transferência para outros estabelecimentos.

Auditor aponta "extorsão"

Elson Soares

O auditor da Secretaria de Finanças do GDF Rubens Marques dedicou a segunda-feira para conseguir emprestado NCz\$ 747,90 para saldar o que ele chama de "extorsão": a mensalidade do Colégio JK (Centro Educacional Juscelino Kubitschek) do Gama, onde estudam suas três filhas — as gêmeas Sheyla e Sheyly, de 17 anos, e Rúbia, a mais nova, de 14. A mensalidade deve ser paga até amanhã para que Rubens possa ter direito a um "desconto" de 10%. Se deixar para pagar na sexta-feira, seu gasto com a educação das filhas já será de NCz\$ 74,79 mais alto.

"Se tive um aumento no trimestre de 37% como posso pagar uma mensalidade que só num mês reajustou 27,06%? Questiona Rubens, que recebe NCz\$ 2,2 mil mensais. No mês de julho, a mensalidade de cada uma das filhas mais velhas, Sheyla e Sheyly, era de NCz\$ 166, acrescido de mais uma parcela NCz\$ 51 (que, pela explicação de funcionários da escola, corresponde a um complemento de custo de planilha). Neste mês, a mensalidade de cada uma



Rubens pediu emprestado para pagar o JK

passou para NCz\$ 211,95, com mais uma parcela de NCz\$ 56 em cada carnê. Se não for pago até o dia 17, cada mensalidade passa a custar NCz\$ 286.

Devolução

Além das duas, Rubens ainda tem que pensar nos NCz\$ 166 de mensalidade e NCz\$ 46, de parcela da filha mais nova, Rúbia, além dos custos com o caçula da família, que ainda está no maternal. Irritado, Rubens conta que nem quis ver a planilha que um dos direto-

res do JK, no Gama, quis lhe mostrar. "Que planilha, que nada... Não há o que me convença que um colégio possa consumir quase metade do meu salário. Eu ainda tenho de pagar prestações do BNH, água, luz, gasolina..." argumenta o auditor, que deixou sua reclamação ontem no Procon (Grupo Executivo de Defesa do Consumidor). Ele admite que não há outra saída senão ir pagando a escola, "mesmo com dinheiro emprestado".